

HABEAS CORPUS Nº 493.937 - MT (2019/0046187-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO
ADVOGADO : ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO - MT0179740
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : JOHN OLIVEIRA GUERRA (PRESO)
PACIENTE : JHONATON DA SILVA GUERRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOHN OLIVEIRA GUERRA e JHONATON DA SILVA GUERRA, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no julgamento do HC n. 1001478-82.2019.8.11.0000.

Noticiam os autos que os pacientes foram presos em flagrante e denunciados como incurso nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006 e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, imputando-se a JHONATON, ainda, a prática dos crimes de receptação e posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, sobrevivendo decisão que decretou a sua custódia cautelar.

Buscando a concessão de liberdade aos acusados, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator.

Sustenta o impetrante que os predicados pessoais dos réus permitiriam que respondessem ao processo em liberdade.

Afirma que, em audiência, o magistrado singular indeferiu o pedido de revogação da medida extrema sem examinar todas as teses suscitadas pela defesa.

Alega que, ao prestar depoimento, uma das testemunhas citadas na decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva narrou que teria sido coagida pela autoridade policial.

Ressalta que a adolescente em questão teria sido inquirida sem a presença de sua mãe.

Argumenta que as testemunhas arroladas pela acusação teriam sido arrebatadas em plena rua pelos policiais civis que faziam buscas nos endereços dos pacientes.

Entende que as buscas e apreensões realizadas seriam nulas, pois efetivadas sem que os agentes possuíssem mandados para os endereços dos acusados.

Considera que o encarceramento antecipado dos réus seria desnecessário, pois, caso sejam condenados, o serão pela prática do delito de tráfico privilegiado.

Assevera que a corrupção de menores não estaria configurada, uma vez que a própria adolescente teria negado em audiência vender entorpecentes a mando dos pacientes.

Sublinha a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que os acusados estariam presos há mais de 6 (seis) meses, sem que a ação penal tenha se encerrado.

Destaca que os demais corréus no feito se encontrariam em liberdade, medida que deveria ser estendida aos pacientes em observância ao princípio da isonomia.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal e a imediata soltura dos acusados e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

ilicitude de todas as provas decorrentes da busca e apreensão, estendendo-se aos pacientes o benefício da liberdade provisória concedida a outros corréus.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça *"firmou entendimento no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF"* (AgRg no HC 481.356/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que, *"ao contrário do alegado pelo impetrante"* as *"decisões proferidas pela autoridade coatora estão bem motivadas, a partir de elementos concretos extraídos dos autos, não se podendo excogitar, nesta fase de cognição sumária, em inidoneidade dos fundamentos"*, não se podendo *"falar, conforme pretende a defesa, em prisão manifestamente ilegal, o que autorizaria, em tese, a concessão da tutela antecipada vindicada"* (e-STJ fl. 123).

Destacou que *"a análise das teses da presença, ou não, dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva, em especial, a aplicação do tratamento isonômico dos pacientes em relação ao corréu Cristiano das Neves Souza Lima, será feita com profundidade por ocasião do mérito, após o advento das informações a serem prestadas, e do parecer ministerial, razão pela qual hei por bem aguardá-las para obtenção de melhores subsídios para análise da pretensão deduzida"* (e-STJ fl. 123).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator